

# Reichstul reclama ordenamento

São Paulo — Murilo Menon

SÃO PAULO — Antes de se discutir formas e meios de conversão de dívidas em investimentos, é preciso botar alguma ordem na discussão, avisa o ex-secretário-geral da Secretaria do Planejamento, Henri-Phillippe Reichstul. “O Brasil deve, em primeiro lugar, estabelecer diretrizes para a coisa básica, ou seja, o tratamento que quer dar ao capital estrangeiro; só depois é que deve estudar como esse capital entrará no país”, diz ele.

Sócio do ex-ministro João Sayad e Francisco Vidal Luna — ex-assessor econômico do Planejamento — em uma firma de consultoria empresarial que leva o nome dos três, Reichstul é responsável ali exatamente pelo desenvolvimento de um banco de negócios e familiarizar-se, por isso, com as experiências já feitas de conversão de dívidas em capital de risco. Na discussão do caso brasileiro, ele concorda com os receios manifestados no Congresso, dos perigos de uma desnacionalização das empresas nacionais.

— Não haverá, contudo, nenhuma ameaça, depois que sejam baixadas regras claras — afirma. — Há um grande número de mecanismos que podem ser criados, de forma a afastar aqueles receios. Como a legislação será totalmente nova, pode não permitir a conversão em casos de ativos já existentes, ou seja, direcioná-los para ampliação de indústrias ou novos projetos. Pode-se exigir que em qualquer operação desse tipo o novo investidor tenha um sócio nacional.

Reichstul alerta, também, para o fato de que a conversão não deve ser vista como remédio total para o problema da dívida externa brasileira, já que somadas as cifras envolvidas no conjunto de operações possíveis (de acordo com os interesses demonstrados até



***Para Reichstul, primeiro é preciso definir tratamento***

o momento) não se ultrapassaria o bilhão ou o bilhão e meio de dólares, em torno de 1% do que o Brasil tem emprestado nos bancos.

Outro ponto para o qual ele pede atenção é o relatório do “Grupo dos 30” (uma reunião informal de homens de negócios de várias nacionalidades, baseado em Nova Iorque) sobre a conversão. Esse relatório — divulgado no Brasil pela *Gazeta Mercantil* —, atribuído a dois “funcionários graduados” do Federal Reserve Bank de Nova Iorque, levanta a tese da “adicionalidade”, como forma de entrar a conversão.

Tal tese coloca em dúvida a capacidade de os programas de conversão de dívidas atraírem novos investimentos externos, ou seja: pode-se confundir, no processo, capitais que viriam de qualquer forma para o país com aqueles que se aproveitariam do novo mecanismo, ou ainda disfarçar a remessa de dividendos, com retorno em forma de conversão.